



**EDITAL nº 215, de 2023 – SEI Nº. 23.0.000010768-9**

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no evento **I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE**, a se realizar no período de 17 a 20 de outubro de 2023, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

## **1. DADOS GERAIS**

**Nome:** I Semana de Diálogos sobre Igualdade e Diversidade

**Atividade 1:**

Igualdade Racial e Implementação de Políticas Públicas: Uma Visão Interseccional  
Abordagem ao Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero

**Atividade 2:**

Conhecimento e Prática Jurídica do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

**Atividade 3:**

Introdução ao Protocolo de Julgamento sobre a Perspectiva de Gênero na Justiça Brasileira na Visão do CNJ

**Objetivo:** Promover o entendimento, sensibilização e engajamento sobre questões relacionadas à igualdade e diversidade. Através de discussões, reflexões que busca fortalecer a consciência sobre a importância da igualdade de direitos e o valor da diversidade em ambientes sociais e profissionais, visando criar um ambiente mais inclusivo e equitativo.

**Período de inscrições:** As inscrições ocorrerão no período de 4 a 20 de outubro de 2023.

Atividade 1. De 4 a 18 de outubro de 2023

Atividade 2: De 4 a 19 de outubro de 2023

Atividade 3: De 4 a 20 de outubro de 2023

**Inscrições:** As inscrições serão realizadas por meio do Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), e o *link* será disponibilizado no Portal da Esmat.

**Públicos-Alvo:** Magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense; Servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense; Servidores e servidoras vinculados(as) às instituições federal, estadual ou municipal que tenham interesse na temática; Estudantes e comunidade em geral.

**Carga horária de certificação:**

Atividades 1: Presencial 5 horas-aula

Atividades 2: EaD 3 horas -aula

Atividades 3: EaD 3 horas-aula

**Modalidade:** Híbrido

Os(As) participantes matriculados(as) nas cidades do interior do Tocantins e demais regiões terão acesso à transmissão do Evento no *link* que será disponibilizado no Portal da Esmat;



Os(As) participantes matriculados(as) em Palmas deverão participar de forma presencial no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins para registro da frequência.

**Local:** Auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins, dias 17 e 18 de outubro de 2023

EaD pela Plataforma Virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), dias 19 e 20 de outubro de 2023.

## **2. VAGAS:**

2.1 Quantidade de Vagas: 1.350

350 Presencial

1000 EaD

## **3. PRÉ-REQUISITOS**

- 3.1 Serem magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.2 Serem servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.3 Serem servidores e servidoras vinculados(as) às instituições federal, estadual ou municipal, que tenham interesse na temática;
- 3.4 Serem estudantes e comunidade em geral.

## **4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

4.1 Os(As) inscritos(as) deverão participar das atividades programadas, conforme descrição no item 5 deste Edital;

4.2 Os(As) alunos(as) deverão cumprir o mínimo de 75% de frequência, para certificação;

4.3 Não haverá aferição de nota aos(às) alunos(as);

4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do Evento, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) inscritos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato.

4.5 Frequência

4.5.1 Modalidade Presencial – Auditório do Tribunal de Justiça

4.5.1.1 A frequência dos(as) participantes na modalidade presencial serão registradas por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período. Quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo(a) aluno(a);

4.5.2 Modalidade EaD – Plataforma Virtual da Esmat

4.5.2.1 A frequência dos(as) participantes das cidades do interior do Tocantins e demais regiões será computada no momento em que o(a) participante efetuar o seu *login* de acesso no Sistema Acadêmico Virtual (SAV), para assistir à transmissão do Evento, *link* este que será disponibilizado, no Portal Esmat, para acesso na data do Evento;

4.5.2.2 Problemas de acesso à Plataforma da Esmat devem ser remetidos à equipe da Secretaria Acadêmica da Escola pelo e-mail: [secretaria.esmat@tjto.jus.br](mailto:secretaria.esmat@tjto.jus.br) ou pelo telefone: (63) 3218-4256.



4.6 Não haverá pagamento de diárias custeado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

## 5. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO

I SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE			
ATIVIDADE 1 – PRESENCIAL			
Data	Programação		
Dia 17 de outubro de 2023	Das 8h às 8h30	Credenciamento	
	Das 8h30 às 9h	Solenidade de Abertura	
		<b>Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe</b> Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	
		<b>Desembargadora Maysa Vendrami Rosal</b> Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins	
		Divulgação do Glossário da Diversidade e de Linguagem Antirracista (que estará em link disponível nos sites da Corregedoria e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins) apresentado pela Desembargadora Maysa Vendrami Rosal.	
	Carga Horária	1h	
Dia 18 de outubro de 2023	Das 9h às 10h	<b>Tema: Igualdade Racial e Implementação de Políticas Públicas: Uma visão interseccional</b>	
		Palestrante: Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Bahia	
	Carga Horária	50 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	1h
	Carga Horária Total	2 horas-aula	
PAINEL 1 - TEMA: ABORDAGEM AO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO			
Dia 18 de outubro de 2023	Das 8h às 8h15	Credenciamento	
		Solenidade de abertura do Painel 1	
	Das 8h15 às 8h30	<b>Mediadora: Renata do Nascimento e Silva</b> Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	
	Das 8h30 às 9h20	<b>Tema: LGBTfobia como fenômeno estrutural</b>	
		<b>Palestrante: Elder Maia Goltzman</b> Professor e servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Pará	
Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	50m	
	Das 9h20 às	<b>Tema: O reconhecimento como processo de construção de</b>	



	10h10	<b>visibilidade e Justiça em comunidades Quilombolas no estado do Tocantins</b> <b>Palestrante: Jean Fernandes Barbosa de Castro</b> Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
	Das 10h10 às 11h	<b>Tema: Direitos para se ter Orgulho – Conquistas do Povo LGBTQIAPN+/LGBfobia como Necropolítica do Estado Brasileiro</b> <b>Palestrante: Landri Alves Carvalho Neto</b> Advogado Presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/TO e do IBDFAM-TO
Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
Carga Horária Total	<b>3 horas-aula</b>	

**ATIVIDADE 2 - EaD PLATAFORMA GOOGLE MEET**

**PAINEL 2 - TEMA: CONHECIMENTO E PRÁTICA JURÍDICA DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

<b>Dia 19 de outubro de 2023</b>	8h30 às 8h45	<b>Credenciamento</b> <b>Solenidade de abertura do Painel 2</b>	
	Das 8h45 às 9h	<b>Mediadora: Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira</b> Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	
	Das 9h às 9h50	<b>Tema: Abordagem psicojurídica da Violência Institucional contra mulher</b> Palestrante: Umbelina Lopes Pereira Rodrigues Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	
	Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
	Das 9h50 às 10h40	<b>Tema: Direitos das Minorias – Racismo Estrutural</b> Palestrante: Marco Adriano Ramos Fonseca Juiz e Coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão	
	Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
	Das 10h40 às 11h30	<b>Tema: Violência Doméstica e Familiar e Desigualdade de Gênero</b>	



		Palestrante: Stella Noeme Bueno Pedroso do Nascimento Advogada	
	Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
	Carga Horária Total	<b>3 horas-aula</b>	
<b>ATIVIDADE 3 – EaD PLATAFORMA GOOGLE MEET</b>			
<b>PAINEL 3 - TEMA: INTRODUÇÃO AO PROTOCOLO DE JULGAMENTO SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA JUSTIÇA BRASILEIRA NA VISÃO DO CNJ</b>			
<b>Dia 20 de outubro de 2023</b>	8h30 às 8h45	<b>Credenciamento</b>	
		<b>Solenidade de abertura do Painel 3</b>	
	Das 8h45 às 9h	<b>Mediador: Jossaner Nery Nogueira Luna</b> Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	
		<b>Tema: A proteção internancional de direitos humanos de mulheres e os efeitos no direito interno</b>	
	Das 9h às 9h50	Palestrante: Graziela Tavares de Souza Reis Advogada e Professora da Universidade Federal do Tocantins	
	Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
		<b>Tema: Igualdade Racial no Sistema Educacional do Estado do Tocantins</b>	
	Das 9h50 às 10h40	Palestrante: Christian Trindade Ribas Advogado e Presidente da Comissão de Igualdade Racial do OAB/TO	
	Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>
		<b>Tema: Educação inclusiva: direito fundamental, difuso e indisponível</b>	
Das 10h40 às 11h30	Palestrante: Thais Becker Henriques Silveira Ativista e pesquisadora na área do direito das pessoas com deficiência com foco na intersecção do gênero.		
Carga Horária	40 m palestra 10 m de interatividade por meio de perguntas	<b>50m</b>	
	Carga Horária Total	<b>3 horas-aula</b>	
	<b>Carga Horária Total do Evento</b>	<b>11 horas</b>	
<b>5.1 PROFESSOR(A) / FACILITADOR(A) DE APRENDIZAGEM / TUTOR(A) / CONTEUDISTA</b>			
<b>5.1.1</b>			
Nome	<b>Renata do Nascimento e Silva</b>		



Síntese Currículo	do	Mestra em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desde 2008, atua como juíza de direito no estado do Tocantins. Juíza de Direito – Titular da Vara Criminal de Paraíso do Tocantins.
-------------------	----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

#### 5.1.2

Nome	<b>Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz</b>	
Síntese Currículo	do	Promotora de justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Mestra em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Doutora em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Especialista em Estudos Afro-latino-americanos e Caribenhos do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultural (GT-4), da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público, desde 2018. Coautora do livro "A Justiça é uma mulher negra" (Coleção Juristas Negras - Editora Letramento) e autora do livro "Cotas Raciais" (Coleção Feminismos Plurais – Editora Jandaíra). Nomeada uma das 100 pessoas de descendência africana mais influentes do mundo, na edição Lei & Justiça.

#### 5.1.3

Nome	<b>Elder Maia Goltzman</b>	
Síntese Currículo	do	Doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador. Professor. Servidor do TRE-PA cedido ao TSE lotado em gabinete de Ministro Raul Araujo.

#### 5.1.4

Nome	<b>Jean Fernandes Barbosa de Castro</b>	
Síntese Currículo	do	Possui Graduação em Direito pela FIPLAC - Faculdades Integradas do Planalto Central (1999). Mestre em Prestação Jurisdicional de Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins. Doutorando em Direito Constitucional pela PUC-RIO e em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. É Professor Universitário. Foi Advogado e Delegado de Polícia no Distrito Federal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, Constitucional, Penal, Processual Penal e Direito da Criança e do Adolescente. É Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Fonte: <a href="http://lattes.cnpq.br/0209712890451761">http://lattes.cnpq.br/0209712890451761</a>

#### 5.1.5

Nome	<b>Landri Alves Carvalho Neto</b>	
Síntese Currículo	do	Advogado, pós graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estadual do Tocantins, Especialista em Direito Previdenciário e Trabalhista. Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Tocantins. Membro da Comissão Nacional de Diversidade Sexual e de Gênero do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo Vice-Presidente do IBDFAM Tocantins, Presidente da Comissão Permanente de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Tocantins. Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero do IBDFAM Tocantins. Coordenador Jurídico da Casa A+. Acadêmico de Jornalismo na Universidade Federal do Tocantins.

#### 5.1.6



<b>Nome</b>	<b>Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Graduada em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1993. Graduada em Pedagogia, pela Universidade Luterana do Brasil, 2010. Atualmente é juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Pós-Graduada <i>Stricto Sensu</i> . Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito. OBS.: Possui o curso de Formação de Formadores, pela Esmat, credenciado na Enfam.

#### 5.1.7

<b>Nome</b>	<b>Umbelina Lopes Pereira Rodrigues</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desde abril de 2002. Graduada no Curso de Direito, pela Faculdade de Direito de Anápolis. Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins. Pós-Graduada em Direito Público: Constitucional e Administrativo, pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares. Pós-Graduada em Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional, pela Escola Nacional de Magistrados (ENFAM). Formadora de Formadores, com enfoque em mediação, conciliação e métodos ativos de aprendizagem, pela Escola Nacional de Magistrados (ENFAM), com formação em Justiça Restaurativa. Curso de aperfeiçoamento para magistrados em Direito do Consumidor e extensão universitária em curso de aperfeiçoamento para magistrados em Direito do Consumidor, pela Escola Nacional da Magistratura. Participante em vários eventos científicos sobre direito do consumidor e superendividamento. Atuou como juíza coordenadora de Cejusc da Comarca de Araguaína e coordenadora do Nupemec-TJTO, atualmente juíza coordenadora do Cejusc Ulbra-Palmas-TO. Fonte: <a href="http://lattes.cnpq.br/0993499026592605">http://lattes.cnpq.br/0993499026592605</a>

#### 5.1.8

<b>Nome</b>	<b>Marco Adriano Ramos Fonseca</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (2007). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2005). Juiz de Direito Auxiliar de Entrância Final do TJMA. Coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão. 1º Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Professor do Cursos de Pós-Graduação (Especialização) em Direito da Anticorrupção e de Direito da Antidiscriminação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Professor da Especialização em Direitos Humanos da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), ministrando a disciplina Questões Raciais. Formador de Cursos de Formação Continuada da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM. Formador de Cursos de Formação Inicial da magistratura da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, ministrando as disciplinas Questões Raciais e Proteção do vulnerável, acesso à justiça e direito antidiscriminatório.

#### 5.1.9

<b>Nome</b>	<b>Stella Noeme Bueno Pedroso Do Nascimento</b>
<b>Síntese do</b>	Advogada, idealizadora e fundadora do primeiro escritório de Advocacia para



<b>Currículo</b>	Mulheres do Estado do Tocantins, escritora, palestrante, feminista e ativista no combate à violência doméstica e de gênero. Especialista em Direito Tributário L.L.M, Direito de Família e Sucessões, Direito e Processo Penal e Direito das Mulheres. Presidenta Comissão de Violência e Gênero do IBDFAM/TO Membro da Comissão da Mulher Advogada OAB/TO Membro da Comissão Nacional de Direito das Famílias e Sucessões da ABA Membro do IBDFAM Nacional - nº 18672 Membro do IBCCRIM Nacional - nº 41414
------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**5.1.10**

<b>Nome</b>	<b>Jossaner Nery Nogueira Luna</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Graduado em Direito, pela Universidade de Cuiabá, 1999. Especialista em Curso de Direito Público Avançado, pela Faculdades Integradas Cândido Rondon, 2003. Mestre profissionalizante em Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins, 2015. Tem experiência na área de Direito. Possui curso de Formação de Formadores, pela Enfam.  Fonte: <a href="http://lattes.cnpq.br/7907222455886852">http://lattes.cnpq.br/7907222455886852</a>

**5.1.11**

<b>Nome</b>	<b>Graziela Tavares de Souza Reis</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Doutoranda em Integração da América Latina - USP. Mestre em direito pela Universidade Católica de Brasília - UCB, na linha de direito internacional econômico. Graduada em direito pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Coordenadora do projeto direito e gênero- UFT. Pesquisadora no Nupedelas – PROLAM/USP e no Núcleo de Estudos de Tribunais Internacionais – NETI/USP. Pesquisa na Cátedra José Bonifácio no IRI/USP. Professora adjunta no curso de direito da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Advogada militante. <b>Link do lattes:</b> <a href="http://lattes.cnpq.br/7391416786212052">http://lattes.cnpq.br/7391416786212052</a>

**5.1.12**

<b>Nome</b>	<b>Cristian Trindade Ribas</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Graduado em direito pela UFT e pós-graduado em Processo Penal e Gestão Penitenciária. Diretor de Combate ao Racismo da UNE 2011-2013, membro do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial da Presidente da República - CNPIR/PR, gestão 2012- 2014 e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), compondo as gestões 2014-2016 e 2016-2018. Atualmente é presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/TO, membro da Comissão Nacional de Igualdade Racial da OAB e vice-presidente do Conselho da Comunidade da Execução Penal de Palmas. É assessor jurídico da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) e de outros movimentos sociais.

**5.1.13**

<b>Nome</b>	<b>Thais Becker Henriques Silveira</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Mestranda em Direito pela Universidade de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Titular do Prêmio Alumni 32 Luiz Carlos Cancellier de Olivo por Envolvimento Estudantil com a UFSC. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para Inclusão Social (GEPPIS/USP), da Clínica de Direitos Humanos das Mulheres (CDHM/USP) e do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED/UFSC). Residente no Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público de Santa Catarina.



---

Ativista e pesquisadora na área dos direitos das pessoas com deficiência,  
com foco na intersecção do gênero e da deficiência

---

## **6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1 A inscrição e a matrícula implicarão aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no Diário da Justiça nº 4.348, de 13 de setembro de 2018;

6.2 A desistência da atividade, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo *e-mail* secretaria.esmat@tjto.jus.br;

6.3 A desistência do evento iniciado ou a reprovação sujeitarão o(a) inscrito(a) à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

6.4 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Palmas-TO, 2 de outubro de 2023.

**Desembargador MARCO VILLAS BOAS**  
Diretor Geral da Esmat